

Há duas melhorias nas contas brasileiras

O superávit na conta de comércio exterior já atinge US\$ 6.063. E a dívida pública, em novembro, foi Cr\$ 300 bilhões menor do que o FMI exigia.



Pécora

Viacava

Simonsen

O País exportou cerca de US\$ 1,9 bilhão, assegurando um superávit de US\$ 600 milhões em novembro e de US\$ 6.063 bilhões no ano. A informação foi dada ontem em Brasília pelo diretor da Cacex, Carlos Viacava, enquanto o secretário-geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, dizia que a dívida pública em outubro foi de Cr\$ 17.204 bilhões, cerca de Cr\$ 300 bilhões a menos que o exigido pelo Fundo Monetário Internacional.

Em Porto Alegre, no entanto, o senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) apresentou números muito diferentes (que incluem os cruzeiros depositados no Banco Central como contrapartida de pagamento de empréstimos externos), sugerindo "senão uma moratória, uma cordata".

Pelos cálculos de Chiarelli, a dívida pública está em Cr\$ 28 trilhões, o que, a 10% de juros ao mês, exige, para pagamento de serviços, entre Cr\$ 2,3 e Cr\$ 2,5 trilhões a cada mês. Até o final do ano, Chiarelli prevê que a dívida total chegará a Cr\$ 38 trilhões, ficando muito acima dos Cr\$ 26,3 trilhões estimados ontem por Pécora, para quem o governo está conseguindo conter o déficit público; em setembro — disse Pécora — o déficit ficou Cr\$ 600 bilhões abaixo do combinado com o FMI.

Os números oficiais computam apenas os déficits do governo federal, Estados e municípios, além das empresas estatais, conforme estipulado pelo FMI. O fluxo de outubro para o governo federal foi de Cr\$ 3.430 bilhões: para os Estados e municípios, Cr\$ 5.810,0 bilhões, e para empresas estatais, de Cr\$ 8.264 bilhões.

Pécora disse que, no corrente exercício, o governo federal não dará mais do que Cr\$ 100,0 bilhões para cobrir o déficit da Previdência. O restante (Cr\$ 140,0 bilhões, segundo as contas do ministro Jardim Passarinho) Pécora não soube dizer como a Previdência obterá, admitindo que poderá ser através de operações de crédito, antecipação de receita ou outros mecanismos. Segundo ele, o ministro da Previdência ainda não discutiu com o do Planejamento, em termos definitivos, o volume do déficit e as formas de financiá-lo, o que deverá ocorrer nos próximos dias.

Moratória interna

Por sua vez, o senador Carlos Chiarelli lembrou que a dívida interna é "a grande responsável pelo altíssimo patamar das taxas de juro, que acabam aumentando o custo da produção e fazendo aumentar o processo inflacionário. A saída para pôr fim a esse círculo vicioso é repassar a dívida para daqui a cinco anos, pagando os juros, por exemplo, da ordem do índice salarial, ao invés do vencimento em 90 dias que o País acertou com os credores, pagando juros de 10%". O senador acredita que, se o governo não adotar esta "medida corajosa", o País vai continuar num processo crescente do déficit público interno "e, com ele, crescendo a inflação e a recessão".

Com relação à queda da arredação do ICM (28%, em média) advertiu que isto é "uma radiografia de um corpo enfermo. No Rio Grande do Sul, a queda foi de 27,4%, o que é bastante preocupante. Em São Paulo, o Estado mais industrializado do País, a queda chegou a 34%. Logo, a economia deste país está doente".

O senador gaúcho condenou a elevação da carga tributária para compensar a aprovação pelo Congresso da Emenda Passos Porto, que retirará da União Cr\$ 550 bilhões.

"Eu não aceito estas medidas que, na verdade, já vêm sendo adotadas antes, durante e depois da minirreforma tributária. Porque através do Decreto nº 2.065, para não falar em outros decretos-leis, a União particularmente inspirada nas propostas da Secretaria do Planejamento e do Ministério da Fazenda, já fez a sua reforma tributária, que por sinal lhe renderá mais de Cr\$ 3 trilhões. O governo aumentou substancialmente as alíquotas do Imposto de Renda, estabeleceu gravames em relação a transações referentes a bens de capital, aumentou a parcela de tributação sobre o sistema financeiro, o que em parte é aceitável, e invadiu o campo da área imobiliária, também como novos tributos. Então o governo federal já fez antecipadamente o seu aumento de arrecadação."

Chiarelli afirmou que os Cr\$ 550 bilhões que a União deixará de arrecadar não podem desequilibrar o orçamento do País. "Basta pensar que os encargos da dívida pública interna do Brasil são, a cada mês, da ordem de Cr\$ 2,5 trilhões. Como pensar então que uma retirada de Cr\$ 550 bilhões num ano, em favor de Estados e Municípios, possa trazer tantos percalços, obrigue a tantas medidas tributárias como as que estão sendo anunciamos, como o aumento da alíquota do IPI?"

Exportações

O diretor da Cacex confirmou ontem que a intenção governamental é mesmo a de equiparar os juros dos financiamentos à exportação às taxas do crédito rural. O problema, conforme explicou outra fonte, é que atualmente a taxa de juros do crédito rural é de 85% da correção monetária mais 3% de juros, e no próximo ano, a partir de julho, passa para 95%. Assim, o que está indefinido é se a partir de janeiro, a taxa das exportações será de 85% até julho, quando passaria para 95% da correção ou se já no começo do ano será de 95%.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, reiterou ontem que o governo não vai impor restrições às importações no próximo ano ou estabelecer restrições tarifárias para que elas sejam reduzidas. Conforme Galvães, já está definida a meta das importações para 84, que deverão atingir o limite de US\$ 16 bilhões, contra US\$ 25 bilhões das exportações, o que resultará num saldo de US\$ 9 bilhões. Este saldo servirá para o País reduzir seu déficit em transações correntes a US\$ 6 bilhões.